



**PROGRAMAÇÃO**  
**CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS**  
**PROCESSOS ESTRUTURAIS**

<b>INFORMAÇÕES DA ESCOLA</b>	<b>Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro</b> Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
<b>PERÍODO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>Até 02 de outubro de 2024</b>		
<b>DATA E HORÁRIO</b>	<b>De 07 de outubro até 01 de novembro de 2024</b> <b>Aulas síncronas: 11, 18 e 25 de outubro, das 17h às 18h30</b>		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b> (Res. 02/2016 ENFAM)	Curso de formação continuada	<b>CARGA HORÁRIA</b>	20 horas
<b>MODALIDADE</b>	Educação a distância (EaD) com tutoria síncrona e assíncrona	<b>Nº DE VAGAS</b>	40
<b>LOCAL</b>	Plataforma Moodle ( <a href="http://virtual.emerj.com.br/">http://virtual.emerj.com.br/</a> ) e Plataforma Zoom		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados do TJRJ		
<b>EMENTA DO CURSO</b>	Teoria Geral do Processo Estrutural e a Fase Postulatória do procedimento. Litígio Estrutural. Processo Multipolar. Processo estrutural X Processo coletivo. O CPC de 2015 e o Processo Estrutural. Procedimento e flexibilidade. Trânsito de técnicas. Demanda, petição inicial, pedido e causa de pedir no Processo estrutural. O ponto de vista do magistrado. Ambiência do Processo Estrutural e as Fases de Saneamento e de Instrução Processual. O processo estrutural, o judicial review e o ativismo judicial. Anteprojeto de Lei do Processo Estrutural. Competência adequada e cooperação judiciária no Processo Estrutural. Saneamento no Processo Estrutural. Prova e Processo Estrutural. A solução do conflito estrutural e sua efetivação. Soluções consensuais no processo estrutural. Decisão estrutural. Liquidação e execução no processo estrutural.		
<b>TEMAS GERAIS</b>			
<b>EIXOS E SUBEIXOS</b>	<b>Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:</b> Temas de Processo Civil; Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal;  <b>Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:</b> Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça; Temas em Ensino Jurídico.		

<p><b>JUSTIFICATIVA</b></p>	<p>O curso encontra sua justificativa na necessidade de formação específica para a solução dos problemas trazidos pela existência de Processos Estruturais. O processo judicial pode ter por objeto um litígio estrutural. Nesse caso, estaremos diante de um processo estrutural que se pode definir como aquele em que se verifica uma situação de desconformidade permanente e cuja solução depende da necessidade de uma série de atos de reestruturação.</p> <p>Não há, ainda, uma regulamentação legal própria para esse tipo de processo em litígio estruturante, devendo ser aplicadas as regras do Código de Processo Civil, adaptadas às necessidades da complexidade da situação jurídica, permitindo que a questão possa não só ser definida pela decisão estrutural, como, também, possa ser efetivada.</p> <p>Assim, pretende-se que os magistrados desenvolvam as competências necessárias para identificar um processo como estrutural, conduzindo as fases de seu procedimento, atento às margens de flexibilidade, sempre respeitando o diálogo entre os poderes, mas resolvendo a questão estruturante que se coloca, seja através da decisão adjudicatória, baseada no sistema probatório complexo, ou da solução consensual do processo estrutural, de modo a permitir a efetivação da decisão estrutural.</p>
<p><b>OBJETIVO GERAL</b></p>	<p>Ao concluir a formação proposta, o magistrado estará apto a identificar um processo como estrutural, conduzindo as fases de seu procedimento e resolver a questão estruturante que se apresenta no processo.</p>
<p><b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b></p>	<p>Ao final do módulo 1, o magistrado será capaz de identificar a base de um Processo Estrutural: Litígio Estrutural, Processo Multipolar, Processo estrutural X Processo coletivo. Será capaz, ainda, de aplicar o procedimento, de forma flexível, em matéria de processo estruturante, especialmente em relação aos elementos da demanda, inclusive diante da possibilidade do trânsito de técnicas entre os procedimentos.</p> <p>Ao final do módulo 2, o magistrado será capaz de conduzir um processo estrutural sob a ótica do <i>judicial review</i>, diante do diálogo entre os poderes, para que o ativismo judicial aconteça dentro dos limites positivos. Estará apto, também, para aplicar a competência adequada e realizar acordos de cooperação judiciária no Processo Estrutural. Será capaz, ainda, de realizar o saneamento processual na questão estrutural e presidir a produção da prova complexa.</p> <p>Ao final do módulo 3, o magistrado será capaz de proferir decisões em processos estruturais que são demasiadamente complexas, seja por seu objeto, seja pela multipolaridade das relações envolvidas, podendo, ainda, presidir a liquidação e as medidas para a satisfação do direito, através das técnicas executivas no âmbito estrutural. Estará apto, ainda, a estimular as soluções consensuais no processo estrutural, além de outros mecanismos do sistema de justiça multiportas, que podem melhor servir aos litígios estruturantes pelo critério de adequação, especialmente diante de sua complexidade.</p>

## DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE

### COORDENAÇÃO E TUTORIA

#### **Coordenador**

##### **Humberto Dalla Bernardina de Pinho**

Desembargador do TJRJ. Professor Titular de Direito Processual Civil na UERJ, na Estácio e no IBMEC. Mestre e Doutor em Direito pela UERJ. Pós-doutor e Martin-Flynn Global Law Professor pela University of Connecticut School of Law. Professor Emérito da Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro. Autor do Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo, do Manual de Mediação e Arbitragem, do Manual de Tutela Coletiva e da obra Jurisdição e Pacificação. Tutor pela ENFAM e pela EMERJ.

Link para o Lattes <http://lattes.cnpq.br/1033893977311713>

#### **Tutora**

##### **Daniela Muniz Bezerra de Melo**

Professora de Direito Processual Civil no IBMEC e na EMERJ. Doutoranda e Mestre em Direito. Pós-graduada em Processo Civil. Coordenadora da Pós-graduação em Justiça Multiportas na EMERJ. Especialista em Direitos Humanos e Novas Tecnologias na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Membro do Fórum Permanente de Processo Civil na EMERJ e da ABEP. Possui Formação de Formadores pela ENFAM. Advogada.

Link para o Lattes <http://lattes.cnpq.br/1013077716206560>

### AULAS SÍNCRONAS

#### **Edilson Vitorelli Diniz Lima**

Desembargador do TRF 6ª Região. Pós-doutor em Direito pela Universidade Federal da Bahia, com estudos no Max Planck Institute for Procedural Law (Luxembourg). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Visiting scholar na Stanford Law School. Visiting researcher na Harvard Law School. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor nos cursos de mestrado e doutorado na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Professor na graduação e no mestrado da Universidade Católica de Brasília. Professor e orientador pedagógico na Escola Superior do Ministério Público da União. Ex-Procurador da República.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0474429509959557>

#### **Gustavo Osna**

Professor Adjunto dos Programas de Graduação e de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela UFPR. Bacharel em Direito pela UFPR, com o Prêmio Professor Francisco Ferreira Muniz de láurea acadêmica. Vencedor do II Prêmio Francisco Cunha Pereira do Instituto dos Advogados do Paraná e do XIII Concurso Nacional de Monografias Jurídicas do Ministério da Justiça. Advogado e Parecerista. Sócio-Fundador da Mattos, Osna Sirena Sociedade de Advogados. Membro Efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Processual e da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6404084238253036>

	<p><b>Marco Félix Jobim</b>  Coordenador da Escola de Direito da PUCRS. Estágio Pós-doutoral pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil. Especialista em Saúde e Trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito Civil pelo Centro Universitário Ritter dos Reis. Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade Luterana do Brasil. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na área de Teoria Geral da Jurisdição e Processo. Especialista em Ciências Humanas: Sociologia, História e Filosofia pela PUCRS. Advogado sócio da Jobim Salzano Advogados Associados. Professor adjunto dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado da PUC/RS. Membro da Academia Brasileira de Direito Processual Constitucional. Secretário Adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Coordenador da Especialização em Processo Civil da PUC/RS. Coordenador do Núcleo de Processo Civil da Escola de Direito da PUCRS. Autor de diversos livros, dentre eles Medidas Estruturantes na Jurisdição Constitucional: da Suprema Corte Estadunidense ao Supremo Tribunal Federal; As funções da eficiência no processo civil brasileiro; Processos estruturais; Curso de Processo Estrutural; Processo Civil brasileiro e suas fases culturais; Teoria, história e processo. Administrador judicial em processos falimentares e de recuperação judicial. Parecerista.  Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/7781138223264118">http://lattes.cnpq.br/7781138223264118</a></p> <p><b>Rachel Louise Braga Delmás Leoni Lopes de Oliveira</b>  Advogada. Doutora pela PUC-Rio. Mestre pela PUC-Rio. Especialista em Direito Civil Constitucional pela UERJ. Professora da Universidade Estácio de Sá. Professora substituta da UFRJ. Professora da pós-graduação lato sensu da PUC-Rio.</p>
<p><b>DOCENTES  CONTEUDISTAS</b></p>	<p><b>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</b>  Desembargador do TJRJ. Professor Titular de Direito Processual Civil na UERJ, na Estácio e no IBMEC. Mestre e Doutor em Direito pela UERJ. Pós-doutor e Martin-Flynn Global Law Professor pela University of Connecticut School of Law. Professor Emérito da Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro. Autor do Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo, do Manual de Mediação e Arbitragem, do Manual de Tutela Coletiva e da obra Jurisdição e Pacificação. Tutor pela ENFAM e pela EMERJ.  Link para o Lattes <a href="http://lattes.cnpq.br/1033893977311713">http://lattes.cnpq.br/1033893977311713</a></p> <p><b>Natacha Nascimento Gomes Tostes de Oliveira</b>  Mestre em Direito. Desembargadora do TJRJ. Professora de Direito Processual Civil da EMERJ. Coordenadora da Pós-Graduação Lato Sensu em Processo Civil da EMERJ. Professora convidada da Pós-Graduação da UCAM e da FACULDADE SUPREMO. Vice-Presidente do Fórum Permanente de Processo Civil na EMERJ. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro da ABEP. Membro do IAB. Possui Formação de Formadores pela ENFAM.  Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/5049211001579172">http://lattes.cnpq.br/5049211001579172</a></p> <p><b>Márcia Cristina Xavier de Souza</b>  Professora associada da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do PPGD/UFRJ. Graduada em Ciências Contábeis pela UERJ e em Direito</p>

	<p>pela Universidade Cândido Mendes-Centro, com Mestrado e Doutorado em Direito pela Universidade Gama Filho. Professora convidada dos cursos de Pós-Graduação em Direito da UERJ, da ESA/OABRJ e da ABDCoconst. Coordenadora do LEMASC - Laboratório de Estudos de Meios Adequados de Solução de Conflitos (FND/UFRJ), trabalhando principalmente com os seguintes temas: acesso à justiça, juizados especiais cíveis e meios adequados de solução de conflitos. Membro do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), do ICPC (Instituto Carioca de Processo Civil), da ABEP (Associação Brasileira Elas no Processo), do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual) e da ABDPro (Associação Brasileira de Direito Processual). Possui textos publicados em livros e revistas especializadas.</p> <p>Link para lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/6474707082804290">http://lattes.cnpq.br/6474707082804290</a></p>
<p><b>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</b></p>	<p>O curso é composto de 3 módulos de duração de uma semana cada, além do módulo de ambientação inicial e do módulo de avaliação final. Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, uma videoaula de 30 minutos cada, um fórum de discussão e uma atividade de avaliação processual. No módulo I será utilizada a ferramenta ativa mural virtual, no módulo II será utilizada a ferramenta ativa Wiki colaborativa e no módulo III será utilizada a ferramenta ativa Mapa mental. Haverá encontros síncronos nos 3 módulos.</p> <p>Os materiais são estruturados de modo a gerar uma reflexão aprofundada sobre os temas, de forma participativa, mas respeitando as possibilidades de tempo de cada cursista. As atividades que valem nota estão indicadas no item “avaliação” deste plano de curso.</p>
<p><b>PROGRAMAÇÃO</b></p>	
<p><b>AMBIENTAÇÃO</b>  <b>Período: 7/10 e 8/10</b>   <b>Carga Horária: 2h</b></p>	<p>Programação do curso. Manual do aluno. Navegando pela Plataforma. Fórum de Apresentação dos alunos.</p> <p>Vídeo de Apresentação do Curso – Coordenador: Des. Humberto Dalla Bernardina de Pinho</p> <p>Podcast com estrutura do curso – Tutora: Profa. Daniela Muniz Bezerra de Melo</p>
<p><b>Módulo 1</b>  <b>Período: de 9/10 a 15/10</b>   <b>Carga Horária: 5h</b>   <b>Encontro síncrono: 11 de outubro, das 17h às 18h30</b></p>	<p><b>TEORIA GERAL DO PROCESSO ESTRUTURAL E A FASE POSTULATÓRIA DO PROCEDIMENTO</b></p> <p><b>Ementa:</b> Litígio Estrutural. Processo Multipolar. Processo estrutural X Processo coletivo. O CPC de 2015 e o Processo Estrutural. Procedimento e flexibilidade. Trânsito de técnicas. Demanda, petição inicial, pedido e causa de pedir no Processo estrutural. O ponto de vista do magistrado.</p> <p><b>Vídeo aulaV</b></p> <p><b>Tema: Procedimento e flexibilidade. Trânsito de técnicas. Demanda, petição inicial, pedido e causa de pedir no Processo estrutural. O ponto de vista do magistrado.</b></p> <p><b>Conteúdo Programático:</b> Refletir sobre o procedimento e sua flexibilidade em matéria de processo estruturante, inclusive diante da possibilidade do trânsito de técnicas entre os procedimentos. Avaliar, sob o ponto de vista do magistrado, as particularidades da demanda, através da petição inicial, pedido e causa de pedir no Processo estrutural.</p> <p><b>Docente:</b> MÁRCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA</p> <p><b>Encontro síncrono: 11 de outubro, das 17h às 18h30</b></p>

	<p><b>Tema: Teoria Geral do Processo Estrutural. Litígio Estrutural. Processo Multipolar. Processo estrutural X Processo coletivo. O CPC de 2015 e o Processo Estrutural.</b></p> <p><b>Conteúdo Programático:</b> Identificar a Teoria Geral do Processo Estrutural, a partir dos conceitos base: Litígio Estrutural, Processo Multipolar, Processo estrutural X Processo coletivo. Trabalhar a aplicação do Código de Processo Civil de 2015 ao sistema dos Processos Estruturantes.</p> <p><b>Metodologia da aula:</b> <i>Brainstorm</i> – para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo e o material de leitura prévio (40min). Estudo de caso concreto (40min).</p> <p><b>Docente:</b> GUSTAVO OSNA</p> <p><b>Mediação:</b> RACHEL LOUISE BRAGA DELMÁS LEONI LOPES DE OLIVEIRA</p> <p><b>Tutoria:</b> DANIELA MUNIZ BEZERRA DE MELO</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem do módulo:</b> Fórum de Discussão baseado na apreciação teórica/prática dos temas propostos. Mural Virtual – pesquisa e análise a partir de proposta de atividade sobre o tema do módulo.</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-ARENHART, Sérgio Cruz.; OSNA, Gustavo; JOBIM, Marco Félix. Curso de Processo Estrutural. 2ª ed. São Paulo: RT, 2022. Pgs. 135 a 151.</li> <li>-DIDIER JR., Fredie.; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Processo Coletivo. V.4. São Paulo: JusPodivm, 2024. Pgs. 583 a 592 e 594 a 600.</li> <li>-LOPES Jr. Jaylton. Manual de Processo Civil. São Paulo: Jus Podivm, 2024. Pgs. 1.121 a 1.123.</li> </ul> <p><b>Leitura complementar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-VITORELLI, Edilson. Processo Civil Estrutural: teoria e prática. 3ª edição. Salvador: JusPodivm, 2022. Pgs. 335 a 355.</li> </ul>
<p><b>Módulo 2</b>  <b>Período: 16/10 a 22/10</b></p> <p><b>Carga Horária:</b>  <b>5h</b></p> <p><b>Encontro síncrono: 18 de outubro, das 17h às 18h30</b></p>	<p><b>AMBIÊNCIA DO PROCESSO ESTRUTURAL E AS FASES DE SANEAMENTO E DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL</b></p> <p><b>Ementa:</b> O processo estrutural, o judicial review e o ativismo judicial. Anteprojeto de Lei do Processo Estrutural. Competência adequada e cooperação judiciária no Processo Estrutural. Saneamento no Processo Estrutural. Prova e Processo Estrutural.</p> <p><b>Vídeo aula</b></p> <p><b>Tema: Competência adequada e cooperação judiciária no Processo Estrutural. Saneamento no Processo Estrutural. Prova e Processo Estrutural.</b></p> <p><b>Conteúdo Programático:</b> Explicitar as situações de aplicação da competência adequada e cabimento de cooperação judiciária no Processo Estrutural. Identificar as particularidades referentes ao saneamento na questão estrutural e seu reflexo para a produção probatória, com suas particularidades, inclusive tendo em vista as questões indiciárias e estatísticas.</p> <p><b>Docente:</b> NATACHA NASCIMENTO GOMES TOSTES DE OLIVEIRA</p> <p><b>Encontro síncrono: 18 de outubro, das 17h às 18h30</b>  <b>O processo estrutural, o judicial review e o ativismo judicial. Anteprojeto de Lei do</b></p>

	<p><b>Processo Estrutural.</b>  <b>Docente:</b> MARCO FÉLIX JOBIM  <b>Conteúdo Programático:</b> Avaliar o processo estrutural sob a ótica do judicial review, diante do diálogo entre os poderes, para que o ativismo judicial aconteça dentro dos limites positivos. Refletir sobre a proposta de um Anteprojeto de Lei do Processo Estrutural.  <b>Metodologia:</b> <i>Brainstorm</i> – para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo e o material de leitura prévio (40min). Estudo de caso concreto em salas simultâneas (40min).  <b>Mediação:</b> RACHEL LOUISE BRAGA DELMÁS LEONI LOPES DE OLIVEIRA  <b>Tutoria:</b> DANIELA MUNIZ BEZERRA DE MELO</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem do módulo:</b> Fórum de Discussão baseado na apreciação teórica/prática dos temas propostos. Wiki colaborativa – pesquisa e escrita a partir de questão proposta sobre o tema do módulo.</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b>  -LAMÊGO, Gustavo Cavalcanti. Técnicas de cooperação judiciária nacional aplicadas a processos estruturais. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix; OSNA, Gustavo (Org.). Processos estruturais. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2024. Pgs. 623 a 644.  -PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo, 6. edição, Rio de Janeiro: Saraiva, 2024. Pgs. 117 a 119.  -SOUZA JR., Ulisses Lopes de. Nem os juízes são cientistas nem os tribunais são laboratórios – a prova estatística: admissibilidade e aplicação nos processos estruturais. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix; OSNA, Gustavo (Org.). Processos estruturais. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2024. Pgs. 1.337 a 1.350.  -SQUADRI, Ana Carolina. JOBIM, Marco Félix. O publicismo e privatismo no processo estrutural: o papel do juiz e a audiência pública. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix; OSNA, Gustavo (Org.). Processos estruturais. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2024. Pgs. 197 a 210.</p>
<p><b>Módulo 3</b>  <b>Período: de 23/10 a 29/10</b></p> <p><b>Carga Horária: 5h</b></p> <p><b>Encontro síncrono: 25 de outubro, das 17h às 18h30</b></p>	<p><b>A SOLUÇÃO DO CONFLITO ESTRUTURAL E SUA EFETIVAÇÃO</b>  <b>Ementa:</b> Soluções consensuais no processo estrutural. Decisão estrutural. Liquidação e execução no processo estrutural.</p> <p><b>Vídeo aula</b>  <b>Tema: Soluções consensuais no processo estrutural</b>  <b>Conteúdo Programático:</b> Apresentar a possibilidade de soluções consensuais no processo estrutural, além de outros mecanismos do sistema de justiça multiportas, que podem melhor servir aos litígios estruturantes pelo critério de adequação, especialmente diante de sua complexidade.  <b>Docente:</b> HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO</p> <p><b>Encontro síncrono: 25 de outubro, das 17h às 18h30</b>  <b>Tema: Decisão estrutural. Liquidação e execução no processo estrutural.</b></p>



	<p><b>Conteúdo Programático:</b> Avaliar as decisões estruturais que são demasiadamente complexas, seja por seu objeto, seja pela multipolaridade das relações envolvidas. Essa complexidade se reflete e se desdobra na liquidação e na satisfação do direito, através das técnicas executivas no âmbito estrutural.</p> <p><b>Metodologia:</b> <i>Brainstorm</i> – para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo e o material de leitura prévio (40min). Estudo de caso concreto em salas simultâneas (40min).</p> <p><b>Docente:</b> EDILSON VITORELLI DINIZ LIMA</p> <p><b>Mediação:</b> RACHEL LOUISE BRAGA DELMÁS LEONI LOPES DE OLIVEIRA</p> <p><b>Tutoria:</b> DANIELA MUNIZ BEZERRA DE MELO</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem do módulo:</b> Fórum de Estudo de Caso Concreto. Mapa mental – elaboração de mapa mental a partir dos conceitos trabalhados no curso.</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <p>-FARIA, Ana Maria Damasceno de Carvalho. A liquidação de sentença como etapa fundamental ao cumprimento de sentenças estruturais. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix; OSNA, Gustavo (Org.). Processos estruturais. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2024. Pgs. 221 a 228.</p> <p>-PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem. Novos espaços de consenso no direito brasileiro e a justiça multiportas. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2024. Pgs. 261 a 264.</p> <p>-VITORELLI, Edilson. Mediação estrutural como elemento da Justiça Multiportas. In Manual de Justiça Multiportas. MELO, Daniela Muniz Bezerra de. Et al. (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris: 2024. Pgs. 81 a 85</p> <p>_____. Processo Civil Estrutural: teoria e prática. 3ª edição. Salvador: JusPodivm, 2022. Pgs. 84 a 86 e 475 a 489.</p>
<p><b>Módulo de Avaliação de Reação</b></p> <p><b>Período: de 30/10 a 01/11</b></p> <p><b>Carga Horária: 3h</b></p>	<p>Elaboração de Registro Reflexivo</p> <p>Avaliação de Reação</p> <p>Avaliação das Aulas</p>
<p><b>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</b></p>	<p><b>Módulo I – 30 pontos (total)</b>  FÓRUM DE DISCUSSÃO – 15 pontos  MURAL VIRTUAL – 15 pontos</p> <p><b>Módulo II – 30 pontos (total)</b>  FÓRUM DE DISCUSSÃO – 15 pontos  WIKI COLABORATIVA – 15 pontos</p>



	<b>Módulo III – 40 pontos (total)</b> FÓRUM ESTUDO DE CASO – 20 pontos MAPA MENTAL – 20 pontos
<b>CERTIFICAÇÃO</b>	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

## INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração

dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. **FREQÜÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br